

DE 1930 A 32: OS TEMPOS DIFÍCIS DO GOVERNO PROVISÓRIO

Odilon Nogueira de Matos

Mais do que a Revolução em si, deve interessar-nos o “processo revolucionário”. Em sua exposição, frisou o Professor Raul de Andrada e Silva que não via na Revolução Paulista de 1932 uma “contra-revolução”, mas um complemento da Revolução de 30, com a preocupação principal de colocá-la no devido caminho, do qual estava se desviando. Ao falar em “desvio” da Revolução de 30, aparteou o Professor Brasil Bandecchi afirmando que este “desvio”, em última análise, não era mais que uma traição aos seus princípios. Esta idéia de revolução “traída” aparece também na obra de Hélio Silva. **Revolução traída** é precisamente o título que ele dá ao volume em que trata da Revolução de 30 na sua extensa obra sobre **O Ciclo de Vargas**. Mais de uma vez escrevi que, em vez de “traída” eu a preferia denominar de “inacabada”, a revolução que se não completou.

Costumo comparar o processo revolucionário que se inicia logo após a Primeira Guerra Mundial e ainda não terminou, a um percurso ferroviário com numerosas estações: 1922, 1924, 1926, 1930, 1932, 1934, 1935, 1937, 1938, 1939, 1942, 1945, 1946, 1955, 1964... (Não se conhece o fim da linha, nem até onde irá o trem...) Estações diferentes. Numas, o trem pára apenas para embarque de passageiros, noutras para se abastecer, noutras para o carregamento de cargas, noutras para o cruzamento com algum outro trem, noutras para baldeação, noutras ele nem pára: apenas diminui a marcha para a troca de “staff” a fim de ter certeza de que a linha está livre... Afigura-se-me 1930 uma estação de encruzilhada, um “carrefour” (como se diz na linguagem ferroviária), na qual o trem precisou meditar um pouco sobre por qual das linhas deveria seguir. E a grande pergunta que se faz é se ele teria realmente seguido pela linha certa...

Num movimento revolucionário há que se considerar seu aspecto militar e seu aspecto civil. Aquele é fácil de ser determinado no tempo e no espaço. Pode-se precisar o momento exato em que a revolução foi deflagrada, da mesma forma que se pode precisar também com exatidão o momento em que as armas foram depositadas com a ordem de cessar fogo. Assim, a Revolução de 1930 iniciou-se a 3 de outubro e terminou três semanas depois, dia 24, quando uma junta militar integrada pelas mais altas patentes das forças armadas depôs o presidente Washington Luís vinte dias antes do fim de seu período de governo. Dias depois, essa mesma junta militar entregava o poder a Getúlio Vargas, que fora aclamado chefe das forças revolucionárias.

Do ponto de vista civil, é neste momento que a Revolução tem início. E se a fase militar desenvolveu-se a contento, praticamente sem

maiores problemas e sua obra se consolidou, o mesmo não se poderá dizer da fase civil. Esta não soube resistir tranqüilamente aos embates que as contingências do momento criaram. A Revolução trouxe modificações sensíveis na vida brasileira, o que, ninguém de boa-fé, poderá negar. Mas seu programa foi logo posto de lado em face de novas injunções. Talvez seja por isto que Hélio Silva insiste em dizer que a Revolução foi traída. Faltou-lhe, de fato, um programa revolucionário. A plataforma da Aliança Liberal, que fez as vezes de programa do movimento de outubro, parece-nos hoje um documento vazio, repisando em pontos que, bem pensando, não eram os mais importantes para o processo revolucionário que se tinha em mira. É um documento simplesmente político que, a dizer o que deveria ser feito preferiu dizer o que não fora feito... Com os “tenentes” aconteceu a mesma coisa: todos sabem o que eles não queriam. Mas quem poderá dizer o que efetivamente queriam? Aliás, é nesta preocupação quase toda negativista, que se enquadra a maior parte do pensamento político brasileiro. E isto, desde os tempos do Império.

É interessante observar o caráter salvacionista não apenas da Revolução de 30, mas de todos os movimentos que abalaram o regime republicano, desde a sua implantação em 1889. Foram salvacionistas os golpes do primeiro lustro republicano, como salvacionistas foram a política dos governadores de Campos Sales, o civilismo de Ruy, a “Reação Republicana” de Nilo, o revisionismo de Alberto Torres, o tenentismo da década de 20, os movimentos sociais e políticos que se confundiram num só processo revolucionário pouco ou mal definido, mas que, como num vasto estuário, desaguou no movimento de 3 de outubro. “Façamos a revolução antes que o povo a faça”, teria dito o grande Andrada das Alterosas, precisamente aquele que, se as regras do jogo não fossem mudadas, seria naturalmente o sucessor de Washington Luís na suprema governança da nação. Pois o que ocorreu em 1930 foi, de fato, a quebra de um esquema. Aquele que vinha vigorando praticamente desde o começo do século, numa alternância de São Paulo e Minas nos altos postos da política nacional.

A Junta Militar que depôs o presidente Washington Luís vinte dias apenas antes do fim de seu mandato, entregou o governo a Getúlio Vargas, que viera do Sul e fora aclamado chefe das forças revolucionárias. A 3 de novembro, Vargas assumiu a chefia da Nação como “Chefe do Governo Provisório”. Foi a segunda vez, no período republicano, que o Brasil teve um “Governo Provisório”. O primeiro, quando da proclamação da República, em 1889, e durou até 24 de fevereiro de 1891, quando promulgada a primeira Constituição do novo regime. Durou um ano e três meses. Este segundo, de Getúlio Vargas, durou mais que o dobro, pois o país só entrou de novo no regime constitucional a 16 de julho de 1934, portanto após três anos e sete meses de governo provisório.

Tais como nas regências no sistema monárquico, os governos provisórios revestem-se de certas características que, aliás, lhes são inerentes: o sentido de provisoriedade, de transitoriedade e, conseqüentemente, de instabilidade. Por isto mesmo, são períodos de efervescência política e social, assinalados por avanços e recuos, marchas e contramarchas, reformas e contra-reformas. Das lutas que neles se travam surgem os lineamentos políticos e partidários que vigorarão quando o sistema constitucional puder ser restabelecido.

Ao tomar posse da chefia do Governo, perante a Junta Militar, Getúlio Vargas apreciou assim o resultado da Revolução: "O movimento revolucionário foi a afirmação mais positiva que até hoje tivemos de nossa existência como nacionalidade. Em toda a nossa história política, não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expansão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas". Feita esta afirmação de crença no sentido da Revolução, resumiu as idéias centrais de seu programa de "reconstrução nacional", destacando, como mais oportunas e de imediata utilidade, as que se referiam à anistia, ensino, saúde, reforma do sistema eleitoral, reorganização do aparelho judiciário, revisão do sistema tributário, criação de novos ministérios (especialmente o do Trabalho), a extinção progressiva dos latifúndios, o plano de comunicação etc. E concluiu sua fala, afirmando assumir provisoriamente o Governo da República como delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do Povo Brasileiro.

O Governo Provisório, que assim se iniciou, foi institucionalizado uma semana depois, por Decreto de 11 de novembro. O artigo 1º desse decreto é taxativo: "O governo provisório exercerá discricionariamente em toda a sua plenitude as funções e atribuições, não só no poder executivo, como também no legislativo, até que, eleita a Assembléia Constituinte, estabeleça esta a reorganização constitucional do País". O artigo 2º extingue o poder legislativo em todos os níveis — federal, estadual e municipal — e o artigo 4º afirma que as Constituições federal e estaduais continuariam em vigor, porém sujeitas às restrições estabelecidas por este decreto. De fato, não houve nenhum ato revogando, anulando ou tornando sem efeito a Constituição de 1891, mas este decreto de institucionalização do Governo Provisório restringiu-a tanto que foi como se, efetivamente, a abolisse. Tanto que, em mais de um passo, aludia a uma nova Constituição a ser elaborada, chegando o seu artigo 12º a afirmar que "a nova Constituição manterá a forma federativa republicana e não poderá restringir os direitos dos municípios e dos cidadãos brasileiros e nem as garantias individuais constantes da Constituição de 1891".

Pelo artigo 11 desse Decreto, o Governo Provisório deveria nomear Interventores federais nos Estados. O direito de intervenção era

assegurado pela própria Constituição e algumas vezes foi empregado na Primeira República, mas sempre em casos de exceção, como ocorreu, entre outros exemplos, no Amazonas, na Bahia, no Estado do Rio de Janeiro. Agora, o instituto da Interventoria foi sistematizado. Todos os Estados — abrindo-se apenas uma exceção para Minas Gerais — foram submetidos à intervenção. A exceção mineira talvez possa ser explicada como uma espécie de gratidão ao velho Olegário Maciel pelo apoio que este dera à Revolução. Tanto que, falecido o presidente mineiro em 1933, entrou Minas na norma comum das intervenções, tal como os outros Estados.

Para essa função de “Interventor”, contou Vargas com o grupo dos Tenentes, o que assinalou pela primeira vez na História da República a ascensão das forças armadas com poder de decisão. A influência sofrida pelo Exército em sua formação — quer a dos positivistas no início da República, quer a da Missão Militar Francesa, mais tarde — foi sempre de molde a afastar as forças armadas de participação no governo, a não ser, obviamente, nas funções militares. E ainda, assim, houve um presidente — Epitácio Pessoa — que teve a coragem (ou mesmo a ousadia) de designar civis para as pastas militares, o que, no Império, aliás, era comum. Agora, com a figura curiosa do “Tenente Interventor”, passam as figuras da oficialidade média a ter poder de decisão na vida nacional, ocupando em grande maioria funções antes só admissíveis a civis.

Houve críticas a esta “militarização” do poder com as nomeações dos “Tenentes”. A estas críticas, Vargas respondeu com estas palavras: “Alguns políticos me acusam pela nomeação de militares para interventores, como se eu quisesse inaugurar no Brasil uma espécie de colonização militar. Eles (os militares) satisfazem plenamente os desejos do governo, que consistem sobretudo em administrar, deixando de parte os casos políticos, que só servem para criar dificuldades e entorpecer o curso normal da administração. Esses interventores, sem compromissos políticos, não visam a criar clientelas políticas, pois não são candidatos à eleição. Na época própria, quando a atmosfera estiver saneada e o ambiente fortalecido pela consciência popular, os políticos poderão ocupar as posições eletivas a que tiverem direito. Há “tenentes” fazendo administrações modelares. Onde, pois, os motivos da prevenção para com os militares? Estou certo de que, no momento oportuno, todos deixarão os governos, sem qualquer apego aos cargos que desempenharam. De minha parte, nomeando-os, nenhum intuito me anima de ferir os políticos, de cujo meio saí para a revolução”.

O “Tenentismo” tem merecido estudo dos especialistas em história política, desde o livro de Virgínio Santa Rosa, **O Sentido do Tenentismo**, publicado em 1933, quando os tenentes ainda estavam em plena participação na vida política do País, e que até hoje se reedita, certamente o melhor estudo sobre o tema. O assunto tem dado margem até a teses uni-

versitárias (algumas já publicadas), perscrutando, tal como Santa Rosa, o sentido dessa organização que às vezes tomava o caráter de uma filosofia política que tanta influência veio a exercer no período que estou analisando. É difícil estabelecer um caráter ideológico para esse grupo. Entre eles, havia de tudo: direita, esquerda, centro... Todos sabem o que eles não queriam. O difícil é dizer o que queriam. Julgaram-se donos da Revolução, a encarnação de seus verdadeiros ideais, constituíram clubes — Legião Revolucionária, Clube 3 de Outubro, entre outros — para conscientizar o povo na crença na Revolução. Pouca ou quase nenhuma repercussão tiveram seus apelos. Alguns, imbuídos da filosofia política de Alberto Torres, procuraram ressuscitar o grande pensador fluminense, esquecido havia quase vinte anos, e que agora volta à tona com o caráter de mentor de uma nova ordem política para o Brasil. Mas, com distorções, porque na pregação tenentista muita coisa havia que Alberto Torres jamais aceitaria. A partir de certo momento, romperam com Vargas ou, mesmo sem romper, começaram a cobrar do chefe do Governo Provisório compromissos os mais variados, os quais, no fundo, incomodavam a Getúlio. Historiando esta fase do Governo Provisório, a Sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, na biografia do pai, tem uma frase maldosa, mas profundamente verdadeira: “Meu pai descobriu um meio de livrar-se dos Tenentes: promoveu-os a Capitães”. Entendam como quiserem...

A verdade é que a política do Tenentismo agitou e, naturalmente desagradou os grupos oligárquicos de vários Estados, todavia, com reações diferentes. Não se podia eliminar, com decreto, a mentalidade oligárquica que dominava o País havia meio século, e, na realidade, ninguém governaria sem essas oligarquias. Tanto é exato, que decorrido meio século após a Revolução, essas oligarquias ainda dominam em boa parte do País.

Os primeiros sinais do descontentamento dos grupos oligárquicos com a nova política ocorreram em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Foi especialmente em São Paulo que se deu a principal divergência, conforme veremos. Uma vez que esta palestra é preparatória para a próxima, que tratará especificamente da Revolução de 1932, vou-me cingir ao que ocorreu em São Paulo, embora para a inteira compreensão do processo seja muito importante o que ocorreu em outros Estados, quando nada para mostrar que São Paulo não era caso isolado.

Com a vitória da revolução em 24 de outubro de 1930, os presidentes ou governadores estaduais foram naturalmente apeados do poder, como representantes que eram de uma situação passada. Em São Paulo, assumiu a chefia do governo o General Hastimphilo de Moura, Comandante da Segunda Região Militar, que, dois dias depois, recebeu da Junta Militar do Rio de Janeiro determinação para entregar o governo a Francisco Morato, prócer eminente do Partido Democrático. Morato não aceitou, de-

clarando que preferia esperar a chegada de Getúlio Vargas para “ter sua indicação consagrada pela Revolução”. Esta vacilação de Morato, na realidade, foi fatal aos democráticos, pois com a chegada de Getúlio Vargas, João Alberto e Miguel Costa passaram a disputar o governo de São Paulo. Getúlio forçou a aceitação de João Alberto apenas como “Delegado Militar”, o que foi aceito pelo Partido Democrático. Tanto, que o jovem militar iniciou seu governo de transição com um secretariado em que predominavam os democráticos. E o próprio Partido reconheceu que o governo de João Alberto se desenvolvia a “inteiro contento nosso e com a nossa colaboração”, e o jornal “O Estado de S. Paulo” dizia, num dos seus editoriais, que João Alberto era um elemento necessário naquele momento.

De fato, as primeiras medidas do “Delegado Militar” contentaram os democráticos, pois visavam à desmobilização de tropas, ao afastamento dos remanescentes elementos do PRP (Partido Republicano Paulista) e especialmente (o que mais os agradou) à formação de uma “comissão de sindicância” dirigida por elementos do Partido Democrático. Mas, ao mesmo tempo, João Alberto tomava medidas olhadas com desconfiança não só pelos democráticos, mas também pelas classes conservadoras em geral: entre estas medidas, a licença para reorganização do Partido Comunista e algumas outras a favor dos trabalhadores, atos que são acimados de “leviandade”. E como se não bastasse, a intenção de João Alberto em tornar-se “Interventor” e não simples “Delegado Militar” como era. Isto lhe daria, no seu próprio dizer, possibilidade de agir mais livremente em relação à política. Oswaldo Aranha, Juarez Tavora e outros tenentes mostraram-se favoráveis à nomeação de João Alberto como “Interventor”, enquanto José Maria Whitaker (Ministro da Fazenda do Governo Provisório), Plínio Barreto e os gaúchos Assis Brasil, Batista Luzardo e João Neves da Fontoura mostraram-se contrários e procuraram pressionar Vargas a que substituísse João Alberto no Governo de São Paulo. Mas João Alberto conseguiu a nomeação, tornando-se assim o primeiro Interventor em São Paulo. Diante deste fato consumado, o Partido Democrático continuou a colaborar, mas impondo algumas condições. Uma destas, era o afastamento dos militares dos cargos civis. João Alberto jogava dubiamente, ora satisfazendo aos democráticos, ora deles procurando libertar-se.

Isto levou à ruptura a que há pouco me referi. Em manifesto datado de 24 de março de 1931, assinado em primeiro lugar por Francisco Morato, mas que totalizava 27 assinaturas representando o que havia de mais expressivo nas hostes do Partido Democrático, eram incisivos: “O Partido Democrático de São Paulo não pode continuar a prestar apoio ao governo do Coronel João Alberto”. Esta ruptura com João Alberto foi o prenúncio de outra ainda maior com o próprio Getúlio Vargas. João Alberto já não era mais o Interventor de São Paulo, substituído que fora meses depois. A hostilidade se acentuava cada vez mais dentro da fórmula “civil e

paulista” como exigência para quem devesse governar São Paulo. A partir deste ponto pode-se falar num “Caso de São Paulo”, aliás muito bem estudado por Vivaldo Coaracy em livro que tem exatamente este título.

As interventorias se sucedem. Atendida a fórmula “civil e paulista” na pessoa de Laudo de Camargo, pouco se demorou este no governo, não encontrando clima que lhe propiciasse qualquer ação. Para substituí-lo, foi designado em novembro do mesmo ano de 1931, outro interventor, nem civil e nem paulista, na pessoa do Coronel Manuel Rabelo, Comandante da Segunda Região Militar. Homem reto, de caráter ilibado, adepto intransigente da doutrina positivista, mas pouco afeito às lides políticas, pouco ou nada contribuiu para a solução dos problemas que em São Paulo se tornavam cada vez mais graves. Nesta altura dos acontecimentos — e agravando ainda mais a crise paulista — formou-se a Frente Única Paulista, aglutinação das correntes outrora antagonicas do velho PRP e do Partido Democrático. Vivendo às brigas, agora se unem numa “aliança sincera que só há de repousar ou dissolver quando houvermos atingido e plenamente assegurado o duplo e supremo escopo que nos congrega”. Neste manifesto, datado de 16 de fevereiro de 1932, pela primeira vez se falava no perigo da “procrastinação indefinida da ditadura, não só incompatível com as tradições democráticas, mas também atentatórias da segurança, dos direitos e do progresso econômico de São Paulo”.

Esta ruptura dos dois principais grupos paulistas provocou atitudes similares em outros Estados, especialmente no Rio Grande do Sul, onde o problema, aliás, surgiu mesmo antes de São Paulo, mas sem a gravidade e permanência deste. No Rio Grande do Sul, as grandes figuras da oposição a Vargas são Assis Brasil, Borges de Medeiros, Batista Luzardo e João Neves da Fontoura, que articulam cerrada campanha contra Flores da Cunha, mantido no governo do Estado desde a vitória da Revolução.

As agitações se sucedem em São Paulo, nem cessando com a nomeação de outro interventor “civil e paulista” como era Pedro de Toledo, que governou nosso Estado até o fim da revolução que eclodiu em julho de 1932. Respeitável figura da vida pública brasileira, fora Pedro de Toledo Ministro da Agricultura no governo de Hermes da Fonseca, desempenhando depois funções diplomáticas em Roma, Madrid, e Buenos Aires. Nomeado Interventor em São Paulo, foi aclamado “Governador” durante a Revolução Constitucionalista, da qual se tornou o chefe civil. Curtiu as agruras do exílio, como tantos outros, logo após a derrota da revolução. Coube-lhe instituir, durante a revolução, o brasão de armas do Estado de São Paulo — a única unidade da Federação que não o possuía — no qual se inscreve a bela, patriótica e altaneira legenda **Pro Brasilia Fiant Eximia**, a afirmar, mais uma vez, os propósitos de brasilidade da gente paulista.

O ano de 1931 e o primeiro semestre de 32 foram de grande intranquilidade em São Paulo, pelas freqüentes interferências do governo

federal ou das forças do Exército. Sucederam-se comícios gigantescos, quase sempre tumultuados, inclusive com prisões, violências e mortes. Os estudantes, particularmente os da Faculdade de Direito, não perdiam oportunidade de pôr à mostra os ideais de liberalismo e de democracia, os dois grandes pilares sobre os quais se construíram as “Arcadas” históricas e gloriosas do Largo de São Francisco. O mais significativo desses movimentos pré-revolucionários foi o que ocorreu a 23 de maio (de 1932), no qual perderam a vida alguns jovens, cujas iniciais de sobrenome — MMDC (Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo) — tornaram-se uma gloriosa sigla durante a revolução que desencadearia menos de dois meses depois. Descobriu-se posteriormente outra vítima, de sobrenome Alvarenga. A sigla completa deveria, pois, ser MMDCA. No bairro do Butantã, na capital paulista, diversas ruas relembram as cinco vítimas do 23 de maio, bem como os topônimos mais significativos que se celebrizaram durante a revolução paulista. A data de 23 de maio — prenúncio do 9 de Julho — tornou-se tão cara aos paulistas quanto esta. Passou a ser comemorada como o “Dia do Soldado Constitucionalista”, visando particularmente às escolas, uma vez que o 9 de Julho cai em período de férias escolares. Duas importantes avenidas paulistanas, partindo ambas da Praça da Bandeira (o Piques de outrora) relembram as duas datas, da mesma forma que em muitas cidades do Estado são elas recordadas em vias públicas.

O mesmo mês de maio de 1932, tão tumultuado em São Paulo, como vimos, assinalou também fato de mais alta relevância. No dia 14, Getúlio Vargas assinou o Decreto nº 21.402, criando e designando uma comissão para elaborar o anteprojeto da nova Constituição e marcando a data de 3 de maio do ano seguinte (1933) para as eleições destinadas a eleger a Assembléia Constituinte, quase dois meses, portanto, antes de deflagrar o movimento paulista de 9 de Julho.

Como conseqüência do entusiasmo revolucionário após 30, é no próprio grupo dos tenentes que surgem as primeiras associações de caráter doutrinário e, ao mesmo tempo, de ação política: o “Brasil Novo”, a “Legião Revolucionária” e o “Clube 3 de Outubro”. A primeira desapareceu praticamente sem deixar vestígios. Seu programa, ao lado de um acentuado aspecto jurídico e formal, oferecia caráter nacionalista e uma preocupação social mais ampla. Já a “Legião Revolucionária”, obra de João Alberto e Miguel Costa, surgia como meio de contrabalançar a hostilidade do Partido Democrático; pretendia uma política ampla em que eram incluídas reivindicações nacionalistas das classes médias e do operariado. Porém, estas classes olharam com desconfiança a agremiação, dela não participando. Por isto mesmo, restringiu-se a uma ação governamental e oficial, não sobrevivendo após a saída de João Alberto do governo. Pretendeu transformar-se num partido político — o “Partido Popular Paulista —, mas fracassou. O “3 de Outubro” foi a mais duradoura de quantas

agregiações surgiram. Tinha sede no Rio de Janeiro, com ramificações nos Estados. Era de caráter mais doutrinário que as outras, mas de natureza excessivamente conservadora; defendia acirradamente a permanência dos “tenentes interventores”, não se mostrando simpático à idéia de convocação de uma Assembléia Constituinte. Por isto mesmo, não se desenvolveu depois que esta Assembléia se tornou uma realidade e acabou desaparecendo sem maiores conseqüências.

Outras que devem ser mencionadas: a “Ação Social Brasileira”, a “Sociedade de Estudos Políticos” (SEP), que foi a origem da Ação Integralista Brasileira criada por Plínio Salgado e lançada à vida pública pelo manifesto de outubro de 1932; a “Ação Patrianovista Brasileira”, de tendência monarquista e a “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”; estas duas últimas nada tiveram diretamente com o movimento revolucionário, mas foram, sem dúvida, sugeridas e inspiradas pelo clima salvacionista que se criou após o movimento de outubro.

Nenhuma dessas entidades ou agregiações (principalmente as de natureza política) teve caráter duradouro. O brasileiro é, por natureza, avesso à disciplina, por mínima que seja mas que exija participação associativa de caráter doutrinário.

Não se poderia deixar de mencionar a chamada “questão social”, que vinha de longe, mas que os governos republicanos teimavam em ignorá-la. Há, contudo, atitudes isoladas, de algumas empresas particulares ou da chamada “Lei Eloy Chaves”. As greves, como, entre outras, a de 1917, revelavam a existência de um operariado mais ou menos conscientizado, trabalhado no início por tendências socialistas ou mesmo anarquistas trazidas por imigrantes italianos e espanhóis. Assim, a ascensão do proletariado foi uma das responsáveis para que a “questão social” deixasse de ser apenas um “caso de polícia”, como comumente se dizia, e implicasse numa conscientização que pretende ir muito além da legislação trabalhista de Vargas e Lindolfo Collor. Esta, estou convencido, é de origem positivista, tal a semelhança de suas proposições com as “considerações” apresentadas em 1908 por Teixeira Mendes num opúsculo precioso denominado “A incorporação do proletariado à sociedade moderna”.

É significativo observar a atitude em face da Revolução de 30 daquele que talvez viesse a ser o seu grande líder, pelo prestígio que desfrutava não apenas no Exército, mas igualmente entre os elementos civis: Luís Carlos Prestes. Página valiosa para o pensamento político da época é o manifesto com que o ilustre militar declara não compartilhar da revolução que se anunciava, por não ver em seu programa nada do que ele considerava necessário para uma transformação radical da vida política e social brasileira. Para ele, a revolução pregada nada traria de novo: implicaria apenas numa mudança de homens, sem maior significação. Vale a pena ler, tam-

bém, a resposta que a Prestes deu Juarez Távara. Ambos os documentos podem ser encontrados no livro de Hélio Silva sobre a Revolução de 1930.

Não seria demais, igualmente, considerar a posição da Igreja em face da Revolução de 1930, especialmente, sua ação no sentido não propriamente de retorno à posição de igreja oficial, de que gozou no Império, mas de recuperar alguns privilégios perdidos com a laicização do regime republicano e a influência positivista. Até a década de 20 a ação da Igreja é pequena: uma tentativa frustrada de criação de um Partido Católico, algumas pastorais de bispos, alguma ação entre o operariado nascente, mas tudo sem expressão e mesmo sem repercussão. Uma pastoral de D. Sebastião Leme, de 1916, levou a Igreja a uma atitude mais ativa: nela se afirmava, por exemplo, que os católicos eram maioria, mas uma maioria sem consciência dos seus deveres religiosos e sociais. Foi como consequência desta atitude inicial que se formou o Centro D. Vital, criado por Jackson de Figueiredo em 1920. Na década de 20 a ação da Igreja foi mais crítica que prática, mas com a Revolução ela procurou retornar às lutas políticas com a Liga Eleitoral Católica. Dada a inexequibilidade, reconhecida pela própria Igreja, de um Partido Católico, julgou-se que a “Liga” seria a melhor solução, como uma espécie de órgão controlador de grupos políticos, numa atitude ostensiva de pressão sobre todas as formas liberais e de tendências esquerdistas. Isto explica o apoio da Igreja Católica ao movimento integralista e às oligarquias e grupos não interessados em processos de mudança. Através de combinações e compromissos com candidatos dispostos a defender seu programa a LEC (Liga Eleitoral Católica) assinalou sua presença na vida política brasileira tanto quanto se fosse um partido. Algumas etapas nessa preocupação de reconquista de privilégios podem ser vistas na criação do cardinalato brasileiro (por muito tempo o único da América Latina e pleiteado igualmente pela Argentina), a campanha pelo ensino religioso, a colocação da imagem de Cristo no júri, a construção da estátua de Cristo no Corcovado (combatida pelos não católicos), a comemoração pelo Estado dos dias religiosos da Igreja através de “pontos facultativos” e mesmo de feriados e, finalmente, a introdução do nome de Deus no preâmbulo da Constituição, conseguida pelos católicos após imensas discussões na Assembléia Constituinte de 1933/34 e, desde então, norma de todas as nossas constituições.

A desorientação ideológica dos revolucionários de 30 apresentou, contudo, um lado positivo, que foi o interesse pela realidade brasileira, em termos menos líricos e ufanistas. Fôramos — os de minha geração — surpreendidos pelos contrastes entre o lirismo patriótico que nos embalara como reflexo dos últimos ecos da campanha civilista de Bilac e o mundo de realidades que os problemas de após-guerra fizeram surgir. Alguma coisa, para nós, não estava certo, e muito cedo nos apercebemos de que esse algo não-certo era derivado, antes de qualquer outra coisa, da visão

deformada que nos dera o ensino da história e da geografia de nosso país, levando-nos a um comprometedor alheamento acerca dos problemas reais do Brasil. A crise de 1929, e com ela a nossa estrutura social e econômica posta à prova, quando a julgávamos tão segura, e pouco depois a Revolução de 30, representam as primeiras sacudidas desse torpor patriótico e as primeiras provas de choque para a triagem daquilo que nos poderia levar a alguma atitude de pensamento e de ação mais condizente com o que queríamos para o nosso país. Por isso mesmo, fase difícil e caótica da vida nacional, em que não se sabia o que poderia acontecer ao Brasil, saído de um movimento armado pregado e desejado por muitos, mas de cujos resultados os seus próprios promotores não pareciam muito confiantes, fase, por isso mesmo, propícia às indagações, à procura de rumos e às definições de atitudes.

O movimento editorial dos primeiros anos que se seguiram à revolução de outubro retratam esse clima. Tomemos ao acaso. Dentre os muitos livros ventilando problemas de grande atualidade e interesse, sobretudo para aquela geração que, ainda nos bancos acadêmicos ou já no início da vida prática, estava começando a tomar consciência da realidade brasileira, e se dispunha, dentro de suas possibilidades, a fazer alguma coisa para dar ao Brasil um rumo certo, versando, portanto, temas palpitantes, um procurava examinar a “psicologia da revolução”, outro perscrutava o “sentido do tenentismo”, no qual nossa geração punha tanta esperança, outro indagava da “gênese da desordem”, outro procurava interpretar a República que a revolução destruíra, outro nos revelava a verdade sobre o movimento de 30, outro definia o comportamento do país em face da crise mundial, outros iam buscar nos ensinamentos da direita ou da esquerda modelos às vezes ingênuos para o que o Brasil deveria ser, enquanto que outro, sem sair de casa, voltava-se para Alberto Torres e via no grande pensador fluminense o “tema de nossa geração”... Outro procurava “novos caminhos” para alcançar “novos fins”, nos domínios da Educação. E como se não bastasse, outro, ainda, nos mostrava um “Brasil errado” que não conhecíamos e nem queríamos admitir em nosso lirismo verde-amarelo que julgava suficiente o nosso céu ter mais estrelas e os nossos bosques mais flores, vindo o resto com o tempo, enquanto o país continuava deitado em berço esplêndido...

Enfim, tudo a traduzir procura de rumos, vislumbre de perspectivas, definições de atitudes. A análise do pensamento brasileiro dessa época nos propicia excelente radiografia de um dos momentos mais cruciantes e, por isso mesmo, mais importantes de nossa vida. A agravá-lo, tínhamos, ainda, a ausência de uma tradição universitária voltada para as áreas que pudessem atender às indagações que, então, eram feitas. Nossas escolas superiores — muitas de honrosa tradição — eram simplesmente escolas profissionais, não havendo nelas lugar para a pesquisa e a reflexão.

E quando as primeiras universidades se criaram, não passavam de simples ajuntamento, para efeito administrativo, das escolas então existentes, surgidas em épocas diferentes, por imposições diversas, atendendo a objetivos variados, no mais das vezes nada tendo em comum a não ser a finalidade de fornecer um diploma profissional a quem quisesse ser médico, advogado, engenheiro, farmacêutico, dentista ou agrônomo... Ficamos a pensar na sorte daqueles que não quisessem ser nenhuma dessas coisas e não tivessem condições para buscar na Europa ou nos Estados Unidos a formação que lhes fosse mais conveniente no campo das ciências exatas, das ciências biológicas ou das ciências humanas. Eis porque nossos primeiros químicos, botânicos, zoólogos ou biologists não tinham de onde sair senão das faculdades de medicina, como nossos primeiros físicos e matemáticos saíam das escolas de engenharia ou nossos primeiros sociólogos, geógrafos ou historiadores não tinham outra formação senão a que lhes dariam as faculdades de direito.

É neste momento importante da vida nacional, que São Paulo nos oferece três exemplos pioneiros, resultantes, todos, do clima de instabilidade cultural que a Revolução de 30 nos mostrara: em primeiro lugar, a fundação da Faculdade Paulista de Letras e Filosofia, de efêmera existência, e que resultara do esforço de uma plêiade de intelectuais paulistas reunidos em torno de Alcântara Machado e de Antônio Piccarolo; em segundo lugar, em 1933, a fundação da Escola de Sociologia e Política, criada por novo grupo de intelectuais, desta vez em torno de Roberto Simonsen; e em terceiro lugar, logo no ano seguinte, a fundação da própria Universidade de São Paulo, reunindo as escolas tradicionais — uma delas velha já de um século — e criando como centro de sua estrutura (pelo menos era esta a idéia original) uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde pudessem estudar todos aqueles que não se interessassem pelo caráter profissionalizante que as escolas tradicionais ofereciam: Filosofia pura, Matemática, Física, Química, Biologia, Botânica, Zoologia, Geologia, Mineralogia, Sociologia, Geografia, Economia, História e as Letras, nas suas diversas modalidades. A formação dessa faculdade, ao lado do dinamismo impellido a muitos outros institutos de pesquisa, foi o responsável por verdadeira revolução cultural, contribuindo para a procura de rumos, para a indagação e a pesquisa desinteressada e para a definição de atitudes. História recente, mas que ainda está por ser escrita...